



ESTADO DO ACRE  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais

ACÓRDÃO Nº	170/2024
PROCESSO Nº	2013/10/44962
RECORRENTE:	V J MAHLE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
ADVOGADO:	Não consta
RECORRIDO:	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
PROCURADOR DO ESTADO:	LUÍS RAFAEL MARQUES DE LIMA
RELATOR:	MARCOS ANTÔNIO MACIEL RUFINO
DATA DE PUBLICAÇÃO:	


E M E N T A


TRIBUTÁRIO. ICMS. VENDA INTERNA. FARINHA DE TRIGO ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE CINQUENTA QUILOGRAMAS DESTINADA À INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO, BISCOITO E MACARRÃO. DECRETO Nº 13.286/2005. PORTARIA Nº 87/2006. REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. REQUISITO. INDICAÇÃO NO DOCUMENTO FISCAL DO VALOR DO DESCONTO EQUIVALENTE AO ICMS DISPENSADO. AUSÊNCIA. CONCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE.

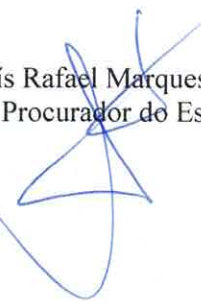
1. O Decreto nº 13.286, de 29 de novembro de 2005, na forma de seu artigo 1º, reduziu em 100% a base de cálculo do ICMS incidente sobre as operações com farinha de trigo acondicionadas em sacos de 50 kg, desde que adquiridas diretamente de moinhos, quando destinada à indústria de panificação, biscoito e macarrão.
2. A Portaria nº 87, de 16 de março de 2006, estendeu a citada redução de base de cálculo às vendas internas realizadas por atacadistas ou distribuidores deste Estado, destinadas às indústrias de panificação, biscoito e macarrão inscritas no Cadastro de Contribuintes desta Secretaria (art. 1º, caput), condicionado ao desconto no preço de venda, do valor equivalente ao imposto dispensado, com sua indicação no respectivo documento fiscal (art. 1º, parágrafo único).
3. O Recorrente não comprovou o valor do desconto concedido por ocasião da venda interna de farinha do trigo embaladas em sacos de 50 kg e, assim, não faz jus ao benefício fiscal.
4. Recurso voluntário improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que é recorrente V J MAHLE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, ACORDAM os membros do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais, por unanimidade de votos, pelo improvimento do recurso voluntário, tudo nos termos do voto do Relator, que é parte integrante deste julgado. Participaram do julgamento os seguintes membros: Hilton de Araújo Santos (Presidente, em exercício), Marcos Antônio Maciel Rufino (Relator), João Tadeu de Moura, Luiz Antônio Pontes Silva, Antônio Carlos de Araújo Pereira, André Luiz Caruta Pinho e Maíra Vasconcelos da Silva. Presente, ainda, o Procurador do Estado Luís Rafael Marques de Lima. Sala das Sessões, Rio Branco, Capital do Estado do Acre, 10 de outubro de 2024.

  
Hilton de Araújo Santos  
Presidente, em exercício

  
Marcos Antônio Maciel Rufino  
Relator

  
Luís Rafael Marques de Lima  
Procurador do Estado



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO nº 2013/10/44962 – RECURSO VOLUNTÁRIO

RECORRENTE: V J MAHLE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual

PROCURADOR FISCAL: Luiz Rafael Marques de Lima

RELATOR: Marcos Antonio Maciel Rufino

## RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso Voluntário** interposto por **V J MAHLE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**, já qualificado nos autos, em face da Decisão nº 589/2014 proferida pela Diretoria de Administração Tributária (fl. 362), a qual acolheu o Parecer nº 817/2014 (fls. 360/361), do Departamento de Assessoramento Tributário, nos autos do Processo Tributário Administrativo de correção de notificação especial, que decidiu pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** do pedido, como se afere da decisão recorrida:

## DECISÃO

Visto e analisado o processo em que é interessada a parte, acima identificada, com fundamento na Instrução Normativa 001/2011, Decreto nº 13286, de 29 de novembro de 2005, ampliado pela Portaria nº 087, de 16 de março de 2006, na Manifestação Fiscal da DIAFE, fls. 356/357 e no Parecer nº 817/2014 do Departamento de Assessoramento Tributário, decido pela **Procedência Parcial** do pedido de impugnação da Notificação Especial nº 054198/2013, atinente às Notas Fiscais nºs 201173, 186576, 201442, 204953, 231529, 185711, 188204, 207800, 206336 e 57422, por restar provado nos autos que a empresa, ora Requerente infringiu artigo 1º da Portaria 087/06 ao vender para contribuintes não cadastrados no Cadastro de Contribuintes da SEFAZ/AC; bem como o inciso I, parágrafo único, do mesmo artigo da referida Portaria ao dar desconto inferior ao que lhe seria dispensado na entrada, não fazendo assim, jus a redução em 100% da base de cálculo do ICMS incidente sobre a farinha de trigo embalada em sacos de cinquenta quilogramas. Posto isto, determino:

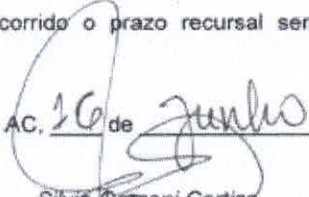
1. Encaminhem-se os autos à **Divisão de Administração de Processos Tributários** para retirada da suspensão dos créditos tributários e para dar efetiva ciência ao interessado;

2. Em seguida, Encaminhem-se os autos à **Divisão de Classificação e Lançamento - DICAL**, para que proceda a correção do lançamento do ICMS constante da Notificação Especial nº 054198/2013, abatendo o montante de **R\$ 52.671,21 (cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e um centavos)**, restando de ICMS a ser cobrado o valor de **R\$ 7.256,01 (sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e um centavo)**;

3. Fica dispensado o recurso de ofício, conforme artigo 58, I e VI do Decreto nº 462/87, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.743/2012; e

4. Após, decorrido o prazo recursal sem manifestação da Requerente, arquivem-se os autos.

Rio Branco – AC, 26 de junho de 2014.

  
Silvano Garzoni Cortizo  
Diretor de Administração Tributária



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Em suas razões (fl. 364/365), o Recorrente aduz, em resumo, o seguinte:

1 – em relação ao fornecedor de farinha de trigo ALIMENTOS DALLAS IND. COM. LTDA, alega que o cadastro da Receita Federal está desatualizado, e, quanto ao fornecedor AGRÍCOLA HORIZONTE LTDA está consignado como atividade principal o Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente - Cnae 46.23-1-99.

2 – que as vendas ocorridas para JOSE LIRA FONTENELE e CRISTIANE CONCEIÇÃO SILVA LIMA estão confirmando a condição de empresas inscritas no Cadastro de Contribuintes da SEFAZ-AC e consideradas do setor de “panificação” (caput do art. 1º da Portaria 87/2006 – SEFGP).

3 – que ocorreram descontos concedidos nos documentos fiscais, uns superiores e em outros inferiores ao que deveriam ser consignados em relação às operações de venda destinadas à empresas de panificação;

Na forma do disposto no Regimento Interno deste Conselho, o Representante da Fazenda Estadual, por intermédio do Parecer nº 35/2018/PGE/PF, opinou pelo provimento parcial do Recurso Voluntário e reforma da Decisão nº 589/2014<sup>1</sup>, proferida pela Diretoria de Administração Tributária, formulando a seguinte ementa e conclusão:

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. CORREÇÃO DE NOTIFICAÇÃO ESPECIAL. FARINHA DE TRIGO. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. ART. 1º DO DECRETO Nº 13.286/2005. ARTS. 1º E 2º DA PORTARIA Nº 087/2006. INAPLICABILIDADE, INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS EXIGIDOS QUANTO A PARTE DAS OPERAÇÕES. MANUTENÇÃO PARCIAL DA DECISÃO.

<sup>1</sup> "Diante do exposto, pelas razões apresentadas na fundamentação *supra*, devidamente lastreadas na legislação de regência, opina-se pelo **improvemento do Recurso Voluntário**, devendo ser mantida a r. **Decisão nº 664/2014.**"



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**

**III – CONCLUSÃO**

---


Diante do exposto, e pelas razões apresentadas na fundamentação supra, devidamente lastreadas na legislação de regência, opina-se pelo provimento parcial do Recurso Voluntário, a fim de que a Decisão nº 589/2004 da DIAT, ora recorrida, seja parcialmente reformada, para:

- a) conceder, considerando a comprovação pelo recorrente da condição de contribuinte do ICMS, o crédito relativo as operações realizadas com José Lira de Fontenele, CNPJ 10.206.639/0001-81 e Cristiane da Conceição Silva Lima, CNPJ 14.984.407/0001-05, alterando-se o Mapa de Apuração (fls. 349 e 351) para recalcule do lançamento;
- b) excluir do mapa de apuração as DANFE's números 37274 e 37325, tendo em vista que as operações nela documentadas correspondem a devolução de mercadorias, não correspondendo a débito ou crédito que deva ser considerado.
- c) manter o lançamento tributário quanto aos demais parâmetros de apuração do ICMS.

Nestes termos, é o parecer.

É o relatório, que solicito inclusão em pauta para julgamento.

Rio Branco/AC, de 30 de setembro de 2024.

  
**MARCOS ANTONIO MACIEL RUFINO**  
Julgador Titular



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO Nº 2013/10/44962 – RECURSO VOLUNTÁRIO  
RECORRENTE: V J MAHLE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO  
RECORRIDO: Diretor de Administração Tributária  
PROCURADOR DE ESTADO: Luís Rafael Marques de Lima  
RELATOR: Marcos Antonio Maciel Rufino

VOTO DO RELATOR

Trata-se de **Recurso Voluntário** interposto por **V J MAHLE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**, já qualificado nos autos, contra a Decisão de nº 589/2014 da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, que acolheu entendimento dado pela manutenção da cobrança efetuada através da NE 54198/2013 (fls. 5/6), considerando que há empresa adquirir o produto Farinha de Trigo em sacas de 50 quilogramas de fornecedor que não executa atividade de moagem de trigo e descontos concedidos não equivalentes ao determinado pela legislação correlata, como a seguir colacionada:

DECISÃO

Visto e analisado o processo em que é interessada a parte acima identificada, com fundamento na Instrução Normativa 001/2011, Decreto nº 13286, de 29 de novembro de 2005, ampliado pela Portaria nº 087, de 16 de março de 2006, na Manifestação Fiscal da DIAFE, fls. 356/357 e no Parecer nº 817/2014 do Departamento de Assessoramento Tributário, decido pela **Procedência Parcial** do pedido de impugnação da Notificação Especial nº 054198/2013, atinente às Notas Fiscais nºs 201173, 186576, 201442, 204953, 231529, 185711, 188204, 207800, 206336 e 57422, por restar provado nos autos que a empresa, ora Requerente infringiu artigo 1º da Portaria 087/06 ao vender para contribuintes não cadastrados no Cadastro de Contribuintes da SEFAZ/AC; bem como o inciso I, parágrafo único, do mesmo artigo da referida Portaria ao dar desconto inferior ao que lhe seria dispensado na entrada, não fazendo assim, jus a redução em 100% da base de cálculo do ICMS incidente sobre a farinha de trigo embalada em sacos de cinquenta quilogramas. Posto isto, determino:

1. Encaminhem-se os autos à **Divisão de Administração de Processos Tributários** para retirada da suspensão dos créditos tributários e para dar efetiva ciência ao interessado;

2. Em seguida, Encaminhem-se os autos à **Divisão de Classificação e Lançamento - DICAL**, para que proceda a correção do lançamento do ICMS constante da Notificação Especial nº 054198/2013, abatendo o montante de **R\$ 52.671,21 (cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e um centavos)**, restando de ICMS a ser cobrado o valor de **R\$ 7.256,01 (sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e um centavo)**;

3. Fica dispensado o recurso de ofício, conforme artigo 58, I e VI do Decreto nº 462/87, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.743/2012; e

4. Após, decorrido o prazo recursal sem manifestação da Requerente, arquivem-se os autos.

Rio Branco – AC, 26 de junho de 2014.

  
Silvio Garzoni Cortizo  
Diretor de Administração Tributária



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

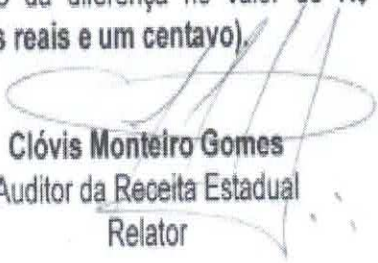
No caso presente, **conheço o Recurso Voluntário** (fl. 364/365), eis que preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade para tanto, razão pela qual passo ao exame do mérito.

A conclusão da verificação fiscal à época (30/04/2014) está sedimentada em relatório apresentados pela fiscalização à fls. 347/357.

Verificadas as alegações do Recorrente através de manifestação (fl. 364/365), fora confirmado a procedência parcial do pedido elaborado pelo contribuinte conforme descrito no Parecer/DIAT 817/2014 (fls. 360/361).

**4. Conclusão:**

Pelo acima exposto, observando-se a legislação em vigor, bem como a documentação acostada ao feito, opinamos pela **procedência parcial** do pedido, considerando que a empresa não preencheu todos os requisitos estabelecidos no Decreto nº 13.286/05, ampliado pela Portaria nº 087/06, devendo os presentes autos ser remetidos à **Divisão de Classificação e Lançamento** para que proceda a correção do lançamento abatendo o crédito tributário suspenso o valor de R\$ 52.671,21 (cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), e a manutenção da diferença no valor de R\$ 7.256,01 (sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e um centavo).

  
Clóvis Monteiro Gomes  
Auditor da Receita Estadual  
Relator

Na parte recorrida, o contribuinte não logrou êxito em comprovar o atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº 13.286, de 29 de novembro de 2005 e na Portaria nº 87, de 16 de março de 2006, para fazer *jus* ao benefício fiscal.

Neste sentido, é o entendimento do antigo Conselho de contribuintes do Estado do Acre, conforme ementa a seguir reproduzida:

“TRIBUTÁRIO. ICMS. VENDA INTERNA. FARINHA DE TRIGO ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE CINQUENTA QUILOGRAMAS DESTINADA À INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO, BISCOITO E MACARRÃO. DECRETO Nº 13.286/2005. PORTARIA Nº 87/2006. REDUÇÃO DE BASE DE



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**

CÁLCULO. REQUISITO. INDICAÇÃO NO DOCUMENTO FISCAL DO VALOR DO DESCONTO EQUIVALENTE AO ICMS DISPENSADO. AUSÊNCIA. CONCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Decreto nº 13.286, de 29 de novembro de 2005, na forma de seu artigo 1º, reduziu em 100% a base de cálculo do ICMS incidente sobre as operações com farinha de trigo acondicionadas em sacos de 50 kg, desde que adquiridas diretamente de moinhos, quando destinada à indústria de panificação, biscoito e macarrão.

2. A Portaria nº 87, de 16 de março de 2006, estendeu a citada redução de base de cálculo às vendas internas realizadas por atacadistas ou distribuidores deste Estado, destinadas às indústrias de panificação, biscoito e macarrão inscritas no Cadastro de Contribuintes desta Secretaria (art. 1º, caput), condicionado ao desconto no preço de venda, do valor equivalente ao imposto dispensado, com sua indicação no respectivo documento fiscal (art. 1º, parágrafo único).

3. O Recorrente não indicou nos documentos fiscais juntados aos autos (fls. 15/32) o valor do desconto concedido por ocasião da venda interna de farinha de trigo embaladas em sacos de 50 kg às indústrias de panificação, biscoito e macarrão inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado do Acre, não se podendo, por conseguinte, afirmar se houve ou não a concessão de desconto no preço de venda equivalente a respectiva desoneração.

4. Recurso voluntário improvido. Decisão unânime." (Conselho de Contribuintes do Estado do Acre. Acórdão de nº 51/2015, Processo Administrativo Tributário de nº 2013/10/05238, Relator Cons. Hilton de Araújo Santos, Pleno do Conselho de Contribuintes, julgado: 17/05/2015)

Dessa feita, reiteramos em concordância o assentado na conclusão externada através do Parecer 35/2018/PGE/PF:

**EMENTA:**

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. CORREÇÃO DE NOTIFICAÇÃO ESPECIAL. FARINHA DE TRIGO. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. ART. 1º DO DECRETO Nº 13.286/2005. ARTS. 1º E 2º DA PORTARIA Nº 087/2006. INAPLICABILIDADE, INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS EXIGIDOS QUANTO A PARTE DAS OPERAÇÕES. MANUTENÇÃO PARCIAL DA DECISÃO.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, e pelas razões apresentadas na fundamentação supra, devidamente lastreadas na legislação de regência, opina-se pelo provimento parcial do Recurso Voluntário, a fim de que a Decisão nº 589/2004 da DIAT, ora recorrida, seja parcialmente reformada, para:

a) conceder, considerando a comprovação pelo recorrente da condição de contribuinte do ICMS, o crédito relativo as operações realizadas com José Lira de Fontenele, CNPJ 10.206.639/0001-81 e Cristiane da Conceição Silva Lima, CNPJ 14.984.407/0001-05, alterando-se o Mapa de Apuração (fls. 349 e 351) para recálculo do lançamento;

b) excluir do mapa de apuração as DANFE's números 37274 e 37325, tendo em vista que as operações nela documentadas correspondem a devolução de mercadorias, não correspondendo a débito ou crédito que deva ser considerado.



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**

c) manter o lançamento tributário quanto aos demais parâmetros de apuração do ICMS.  
Nestes termos, é o parecer."

Ante o exposto, decido pelo **IMPROVIMENTO** do Recurso Voluntário do contribuinte **V J MAHLE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO** e, assim, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

É como voto.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2024

  
**MARCOS ANTONIO MACIEL RUFINO**  
Julgador Titular